

Shelley – Ontem só nós tivemos 62, eu estou voltando de lá. Nós tivemos reuniões no Sul que tiveram 80, 70. Uma Câmara em 5 horas em Belo Horizonte tem 100 processos julgados. Eles ficam das 2 e vão até 8 horas. Eu acho que ainda é pouco na região, por que a região é uma região de muita atividade industrial. Mas tudo bem. Nós estamos começando o processo, entendi.

Lais – E no total dão 199 processos julgados, somando as Licença Ambientais e o Auto de Infração. Quanto aos FCEI recebidos no NARC, nós recebemos muitos FCEIs com defeito, com falta de informações que nós temos que devolver 758 formulários de caracterização do empreendimento que estão preenchidos incorretamente.

Shelley – Eu gostaria de repetir principalmente à Fiemg para nos ajudar nisso. Esse é um trabalho de pessoas que estão para as empresas e preenchem incorretamente. Isso atrasa para o empresário, depois eles reclamam dos retornos. Porque vem faltando dados, vem informações incorretas, vem uma série de coisas. Então o pessoal devolve. Prende o FCEI, por não tem jeito de entrar com a coisa errada dentro do computador, rejeita, então fica tudo parado. Então eu gostaria de pedir, por nós estamos fazendo um trabalho muito grande principalmente na agenda azul, está acontecendo muito na agenda verde, que é no IEF, principalmente nas criações dos núcleos, nós acabamos de fazer um treinamento muito grande com IEF dos núcleos, pra agilizar, para as pessoas que estão recebendo saber como receber, como orientar. Mas eu queria ver se as Fiemg's regionais também nos ajudasse. O pessoal de Governador Valadares tem feito um trabalho muito grande na regional da Fiemg lá nessa orientação. Os sindicatos de agricultura também pode nos ajudar, eles já estão fazendo um trabalho, mas nos ajudar na orientação das pessoas que estão fazendo o seu pedido para conseguir o licenciamento ambiental. Por que às vezes pára tudo. Veja os índices altíssimos que nós temos. Mas depois dos treinamentos dos núcleos do IEF, isso abaixou muito esse mês, pelo que eu tive informação. Mas vai baixar muito mais ainda.

Lais – Mas a título de informação, o NARC Alto São Francisco, fez treinamento junto ao IEF, orientando no preenchimento de FCEI, agora no município de Japaraíba, fez um evento e chamou os municípios da redondeza, os nossos técnicos foram orientar quanto ao licenciamento ambiental e também quanto ao preenchimento dos FCEIs. Nós também estamos tentando facilitar.

Shelley – Isso que tem explicar, porque algumas pessoas tem mais dificuldade de entender o processo. Nós racionalizamos o processo demais, mas eu acho que ele ainda está pesado. Nós vamos tentar racionalizar mais esse ano. Eu acho que ainda tem muita documentação que não precisa estar ali e que é pedida. Mas às vezes você é preso por alguns problemas. Por exemplo uma empresa enorme aqui de Minas, pediu uma termoelétrica e parou tudo por ela não tinha ido até a ANEL, pedir autorização da ANEL. Então a reclamação dela conosco foi de que não tinha no FOBI. “Como é que vocês não avisaram se estive no FOBI eu tinha me lembrado”. Então enquanto a gente está tirando tentando, e tentando tirar, as pessoas obrigando a gente a tirar, às vezes falam “Você têm que colocar mais isso”. E aí vira esse mundaréu de documentos, de informação. Mas a nossa tendência é racionalizar. Quem tem direito, e está querendo criar uma grande termoelétrica tem que saber ele tem que pedir autorização federal junto à ANEL – Associação Nacional de Energia Elétrica. Senão fica difícil para nós informar tudo. Acho que as pessoas também tem que ir atrás disso. Cabe a nos explicarmos só o que é devidamente um problema ambiental. Já é um mundo de coisa que a gente pede. No caso de mineração o DNPM está lá. Tanto no DNPM, quando coloca licenciamento ambiental, quando vai dar autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, quanto na FEAM a hora que você recebe a outorga você tem que pedir DNPM. Então algumas já estão fechando. Por exemplo, anuência do IBAMA, também é outra. Quando está em uma área federal nós pedimos anuência do IBAMA de acordo com a legislação. Então você olha, por exemplo, um pedido de número de documentos, às vezes tem 9,10. Mas se você for restringir, algumas é ir no cartório é só pegar, é coisa simples, autorização da prefeitura, isso nós precisamos, pois não podemos começar um licenciamento sem a anuência da prefeitura de que nós vamos decidir uma coisa que é na região da prefeitura. Então tudo isso é feito. Estamos simplificando, já simplificamos muito, para vocês terem uma idéia nós reduzimos esse monstruosidade de documentos a cerca de menos... (***)trocou fita). Mas eu ainda acho que está muito pesado. Nessa burocratização que nós estamos fazendo em Belo Horizonte.

Laís –O NARC Alto São Francisco já emitiu os Formulários de Orientação Básica para o Licenciamento Ambiental ou Autorização Ambiental de Funcionamento no número de 1876 FOBIs.

Shelley – Esse é um valor bom. 1876 FOBIs.

Laís – Isso no período de abril a novembro de 2005.

Shelley – Isso é um valor bom. Está no TOP. Agora prepare-se por que na hora que esses FOBIs começam a retornar, a análise de projeto começa e nós temos que ter os técnicos, além de preparados, devidamente arranjados de acordo com a demanda. Eu não sei se hoje com oito técnicos nós temos demanda para isso tudo. A unidade vai ser o nosso grande aliado nesse processo. Nós só não começamos ainda, deixamos para o ano que vem essas formalidades que vamos colocar, que vamos trabalhar janeiro em como que vamos fazer, por que nós precisamos de verba pra isso e a verba ainda está sendo aprovada. Como a gente ainda não tem o NARC aprovado pela Assembléia, por deve ser aprovada agora, eu falei isso antes para vocês. Nós estamos esperando o NARC está aprovado pela Assembléia que deve sair agora em dezembro pra gente ter a verba disponibilizada pra que esses convênios possam ser realizar. Nós então devemos começar isso e começar as Universidade de toda Minas Gerais pra firmar convênio com os NARCs a partir de fevereiro.

Gilson – De uma certa forma o senhor antecipou o que eu ia falar, com relação à universidade nós estamos à disposição sempre para a questão do meio ambiente. Quando você estava fazendo uma análise comparativa de alguns lugares, eu estava aqui perguntando: Será que a nossa região ela tem uma estrutura igual a de outras regiões? Isso me preocupa um pouco. O Copam, na nossa região, NARC, eu sinto que a estrutura é muito pequena. Eu fico o pessoal trabalhando feito doido, é um fila enorme. Não vai no sentido de cobrança não, mas no sentido de que eu acho que a demanda existente já é desproporcional ao recurso de nós temos para responder aqui na região.

Shelley – Deixa eu responder isso que é uma coisa que me apaixonou sobre o NARC. Eu estou praticamente saindo três ou quatro para montar o primeiro NARC em Uberlândia a três anos atrás. Ninguém sabia o que era isso, ninguém sabia o que era Copam Regional, estavam começando a descentralização. Hoje já temos 7, todos eles funcionando. Para vocês terem uma idéia nós temos mais de 3 mil processos já licenciados e julgados pelos Copam's Regionais. Tem alguns que funcionam maravilhosamente e outros começando a crescer. Tipo o do Jequitinhonha, parecer que tem pouco processo, mas não tem não. É porque a maioria das pessoas não sabiam nem que existiam Copam, Feam, NARC, Licenciamento, a informação nunca chegou para o pequeno produtor rural. Aquela região foi muito desgarrada do processo de desenvolvimento do Estado. Então isso está sendo feito. Estamos

chamando, orientando, palestra, conscientização, mostrando, ajudando nesse processo de trazer as pessoas para estarem de acordo legalmente com o seu licenciamento. Mas esse processo é natural, porque quando se começou a criação do NARC, nós nem sabíamos direito como a coisa ia correr, então nós esperamos uma demanda que só agora começou a se concretizar, por ela só começou a se concretizar quando você abriu o NARC para o FCEI e FOBI. Aí as coisas começaram a serem feitas diretamente aqui. Mesmo assim existe uma inércia, muitas das pessoas que estão aqui ainda vão à Belo Horizonte, por que não sabem do NARC, as pessoas de outras cidades e vão diretamente à Belo Horizonte em vez de vir aqui. Então isso é uma coisa que vai gradualmente. Para você ter uma idéia da demanda que você vai ter real aqui nessa região. Nós agora começamos a ter nas 7 regionais, uma idéia. Isso começa a aflorar. Quando nós começamos, nós colocamos técnicos do IEF, da Feam e do IGAM juntos aqui nessa região. Fizemos um valor, nos não podíamos colocar 50, 100, não tinha sentido. Então nós colocamos uma área administrativa, pautada naquilo que nós queríamos, toda parte de computação que nós colocamos à disposição, a nova lei 74/04 que é a base legal do Licenciamento no Estado de Minas Gerais. Uma equipe de advogados capazes de dar análise jurídica dos processos, que foram treinados, desenvolvidos para esse processo, que estão trabalhando de uma maneira diferente, por estão trabalhando ao longo de todo o processo o que não acontece em outras regiões. Nós colocamos 4 da Feam, 2 do IEF e 1 do IGAM para começar. Quer dizer, não vou falar, Feam, IGAM, IEF, eu vou falar agenda Marrom, agenda Azul e agenda Verde. Começamos a verificar realmente a demanda que existia nas regiões. É lógico que o tipo de profissional que você tem aqui, é diferente do tipo de profissional necessário no Triângulo. No Triângulo a Agenda Verde é preponderante, é Agrossilvopastorial, então você precisa mais de agrônomos, suinocultura, é isso não é? Engenheiro florestal. Então é uma equipe um pouco diferenciada aqui pela demanda que eles têm naquela região. Essa região é um pouco mais agenda Marrom, muita indústria, mesmo que tenha agricultura. Então nós temos que reforçar engenheiros de Minas, por você tem muita mineração, você tem muita siderúrgica, muita fundição, e etc. Então é uma coisa que a gente tem que carregar. E é isso que nós estamos fazendo, adaptando o quadro de técnicos às exigências e às demandas da região, o quadro técnico de profissionais. Isso agora começa a ser feito, nós fizemos o segundo reenquadramento de profissionais nos NARCs, procurando adaptar e já preenchendo algumas lacunas que já existiam. Eu acho que isso é um processo que vai acontecer gradualmente, de acordo com a demanda da região, por isso é que nós estamos atentos a todo processo de FOBI emitido, FCEI, retorno, por que essa demanda é o que vai nos dizer a quantidade de

profissionais. Nós vamos estar continuamente adaptando. Somando a isso vem um problema que também é importante dos convênios com especialistas da região. Atualmente como era fechado em Belo Horizonte, 90% dos especialistas eram pegos na Universidade Federal de Minas Gerais ou na Universidade de Lavras e na Universidade de Viçosa, que tem convênio direto com o IEF. Então sempre que você precisa de um profissional, você beliscava e trazia pra ele te dar um parecer. Meio Ambiente, multi disciplinar, você precisa de profissionais múltiplos às vezes por que o trabalho é positivo. Então às vezes você não tem profissional específico, acontece um problema de rã, de galinha, você precisa de ir lá buscar um cara específico. Você não vai montar uma equipe de mil pessoas com especialistas de tudo. É esse o problema que nós temos procurado, é uma gestão desse processo ao longo de todo o Estado de Minas Gerais.

Laís – Para nós foi uma surpresa a demanda em questão de denúncias e das próprias requisições do próprio Ministério Público. De imediato, a regionalização, descentralização foi para formalizar os processos e que análise também fosse mais ágil e com prazo de 90 dias para que nós levássemos os processos a julgamento, porém a nossa demanda é altíssima. Então nós temos uma equipe para falar que nós somos um órgão fiscalizador. Concorda Doutor Shelley?

Shelley – Por enquanto sim. Dentro da situação atual sim. Mas no futuro não. No futuro inclusive, vai ter dentro do convênio atual, Polícia Militar e os NARCs vão estar totalmente integrados no poder de fiscalização, isso tem que aprovar primeiro. Enquanto não for aprovado nós não temos condição, enquanto não aprovar na Assembléia, mas aprovando muda esse sistema.

Laís – Nossa demanda de Ministério Público chega às vezes a 18 demandas que chegou em um único dia, com aqueles prazos de 30 dias, 25 dias, pra que a gente dê um retorno à promotoria, que depende às de vistoria. Muitas vezes quando é só informação se a empresa tem licença ambiental, se ela está cumprindo as condicionantes, isso é fácil e nós respondemos de ofício. Mas quando é uma demanda que requer a vistoria, infelizmente o NARC deixa às vezes a desejar por não der estar atendendo a tempo. Nós temos em maio de 2005 a resolução 261 do senhor secretário, que ele solicitava que todas as entidades se reportassem diretamente a ****SPA no tocante a demanda de fiscalização e de resposta para o Ministério Público e infelizmente tem vindo diretamente para os NARCs. É o que atrasa também, por que o NARC tem que remeter à ****SPA para que ela efetua a distribuição.

Shelley – Eu tenho à conclusão de que os NARCs foram criados exatamente para dar agilidade e qualidade aos processos. Nós não estamos mais em fase de estar discutindo com a sociedade, ou dando desculpa do nosso atraso, da nossa ineficiência. Eu acho que nós temos que procurar ser cada vez mais eficiente, sem ter condição, isso é um problema do Estado, não é um problema do Copam. Eu acho que o Estado tem a obrigação de dar a todos eficiência em seu trabalho, essa é a função pública nossa. Isso é uma das coisas que eu vou lutar, enquanto eu estiver aqui. É uma coisa que a gente tem repassado a vocês. A eficiência é nosso lema e não a ineficiência. Eu sei que existem problemas ainda, e esses problemas vão ser devidamente equacionados eu acho que após a aprovação do NARC na Assembléia, por que nós ficamos muito amarrados nesse problema. Por que ela não ter condição hoje de controlar seus custos de seus NARCs, tem um centro de custos próprios. Então se usou muito o processo de usar o IEF que já estava montado na região, para que fosse repassado aos NARCs essas verbas necessárias para que ele pudesse ser montado, se não nós estávamos ainda discutindo a formação dos NARCs. Então com essa aprovação na Assembléia, nós já começamos a ter um centro de custos e as coisas vão se regularizar.

Laís – Então continuando, a última informação foi do número de 1876 FOBIs emitidos e nós estamos ainda com uma pendência de 289 FCEI para serem analisado e ser emitido o FOBI.

Shelley – Mas 290 porque?

Laís – São FCEIs que chegam pelo correio e nós vamos analisar para ser emitido o FOBI, para devolver ou para ser emitido o FOBI.

Shelley - Mas eu quero saber em relação a FOBI quanto tem parado?

Laís – Para emitir?

Shelley – Por que se chega errado é um problema do interessado, por que se chega errado. Não é um problema nosso. Mas na medida que entra e entra correto, a emissão de FOBI é culpa nossa. Eu quero saber isso. Pra mim está todo mundo funcionando normal, zero, ninguém tem nada parado. Eu fui lá no Triângulo e agora no Sul, ninguém tem nada parado. Tudo emitido. Eu não sei aqui.

Laís – Infelizmente aqui no NARC Alto São Francisco tem 289 FOBIs para serem emitidos, é um passivo criado já no NARC.

Shelley – Isso é um problema administrativo nosso e nós vamos resolver. De gestão. Pode deixar.

Laís – Nós já concedemos 215 autorizações ambientais de funcionamento.

Shelley – Nós não criamos o NARC para criar com a mesma demora que as unidades centrais criavam. Quantas empresas estão paradas esperando por causa da nossa ineficiência. É isso que nós precisamos de olhar e eu não aceito isso. Nenhum lugar está funcionando dessa maneira, só aqui. Então nós vamos discutir isso aqui muito hoje. Mas tudo bem. Em nenhum NARC de Minas Gerais está zerado, mas aqui tem problemas que eu tenho que ver. Isso é um problema de gestão que eu vou conversar, por que aqui não está funcionando bem.

Laís – Quanto à resposta para esse período, infelizmente ocorre que as empresas apresentam documentação com prazos vencidos e que posterior a análise das Afs nós temos que solicitar alguma documentação para complementar a formalização do processo da AF. Isso gera, às vezes o atraso na concessão, documento apresentado pela própria empresa já vencido. Já foram concedidas 364 APEFs, que foram formalizadas no NARC e concedidas pelo IEF em retorno. Foram 289 outorgas. A formalização das licenças ambientais para classe 3 e 4, ainda é um número pequeno, somente 41 processos que foram formalizados. No total das licenças indeferidas pelos conselheiros, chegam ao número de *****30. Eu gostaria de ressaltar que em um ano de NARC, hoje o nosso conselho está muito rigoroso, as discussões tanto técnica e jurídica tem levado realmente a um ...

Shelley – Isso é muito bom. Eu não acho que tem que tolher conselheiro não. Conselheiro tem direito. Ele foi colocado aqui para discutir, para colocar, tem liberdade pra isso, tem uma regra democrática e é um direito de todo conselheiro.

Laís – O NARC Alto São Francisco está satisfeito com o rigor dos conselheiros, que eles cobram.

Shelley – Eu acho que as discussões são ricas, a gente sai mais seguro daquilo que a gente decide. Eu acho que o conselho é pra isso, para discutir. Se não

nós sentamos todos aqui e eu assino o documento e tudo bem. Não é isso que nós queremos.

Laís – O NAR só gostaria de agradecer a compreensão do conselho que durante o ano todo... especialmente ao doutor Shelley pelo Hino Nacional que nós ficamos devendo e Feliz Ano Novo pra vocês e até o ano que vem.

Shelley – Muito obrigado. Por favor, Regina. Eu vou falar ainda na despedida dos conselheiros.

Regina Greco – Representando o Comitê da Bacia no Convênio feito junto à Agência Nacional de Águas, IGAM e Associação de Usuários CBH-Pará. Esse convênio foi firmado a nível do senhor secretário de Estado, José Carlos Carvalho pra que ocorresse o cumprimento da Legislação responsável pelas águas que é a *****13.199/97 e o decreto que regulamenta que é o 41.578/2001. Os recursos hídricos da bacia precisam ser cadastrados e precisa ser feito através desse processo de cadastramentos dos usuários de água. Vai se retirar os de uso insignificante, que corresponde hoje, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, de uma discussão que começou aqui em Divinópolis através do Comitê da Bacia do Rio Pará. O uso insignificante em Minas para esse região do Alto São Francisco é 1 litro por segundo, que significa 86.400 litros da água por dia. Esse processo iniciou-se no mês de agosto e me pediram para estar aqui hoje para estar colocando esse balanço oficial, como o Convênio é IGAM, SEMADE, via Agência Nacional de Águas, para que mostrasse também esses valores. O formulário tem sete páginas, e hoje a Associação de Usuários já está com senhas, onde ela pode entrar no sistema da ANA e fazer o registro legal, no que ****Quinar, nós já estamos com um pouquinho só de cadastros digitados. Deve acontecer mais um repasse de recurso financeiro do governo do Estado para que a gente possa cadastrar todos eles via Associação de Usuários. Nós temos 3165, isso é um dado de ontem a tarde, já registrados. Nós temos, do mês de agosto até 30 de novembro, 13.577 cadastros já realizados. A previsão do Governo Federal, inicialmente em fevereiro desse ano, é de que nós teríamos 3500 propriedade rurais e atividades econômicas. A previsão da Associação dos Usuários da CBH-Pará, era entre 15 mil e 18 mil formulários preenchidos. Dentro deles nós temos uma média de 2,5% por cadastro, e em algumas exceções até 40, 50 pontos por propriedade rural nesse cadastramento. Esse dado de 13577 supera o dado que o Governo Federal e o Governo Estadual tinham estipulado que era de 13200 para nós fazermos em quatro meses. Então nós passamos passamos setembro, outubro e novembro e conseguimos superar o dado do

governo. Os estudos que foram feitos com os técnicos do IGAM, da Associação e da ANA, é que nós tenhamos de formulários preenchidos, cadastros realizados, em torno de 25 mil. Eu estou vindo aqui por que nós precisamos de uma maior divulgação. Nós estamos encontrando muita propriedade rural...

Shelley – Isso quer dizer que 50% mais ou menos ainda vai cadastrar.

Regina - Isso. Eu ainda tenho 50% hoje. Está confirmado que nós vamos ter um aditivo econômico em cima disso e o dinheiro que tinha sido repassado para a Associação de Usuários foi R\$ 260 mil, para fazer os 13.200 cadastros, nós com R\$ 130.770,00, nós conseguimos realizar 13577. Superamos os dados orçados pro dinheiro repassado por Paracatu e por Paraopebas. Aí que está o nosso grande vilão da história. O recurso financeiro que era para fazer 13200, que era de R\$ 260 mil, lógico que tem coisa em processo que eu não paguei ainda, nós estamos conseguindo superar esses 13200 com os 13577 com um recurso bem menor do que o orçado pelo governo federal. Está primeiro a eficiência, da clareza, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará e da clareza junto a todos os órgãos que compõem o Comitê e as 36 prefeituras que estão conosco. A contrapartida toda vem das prefeituras, e da Gerdau que deu R\$ 10 mil e da CEMIG que deu R\$ 5 mil para divulgação que está na TV Alterosa. São 100 inserções, onde a TV Alterosa vai me dar mais 100 inserções de divulgação. Fora as rádios. Eu gostaria de fazer um link entre Copam, por que dentro desse formulário tem um item que pede o FCEI e ao mesmo tempo quando eu destaco esse número que é um número oficial do governo de Minas e dos outros estados todos da Bacia do São Francisco, quando a gente faz o destaque desse documento e cai no ****Quinar e usa este número pro registro oficial do Consumo da Água e do Uso da Água atual e garantindo o uso futuro para essa água em uma propriedade rural ou de uma atividade econômica, indústria ou Agroindústria ou mesmo alguém que tem poço artesiano, nós estamos vinculando esse cadastro ao sistema do Copam . Por que ao preencher um FCEI lá dentro tem um item que o consumo de água e o uso da água e esse documento Shelley é um documento oficial de governo, senão não teria o símbolo de Minas aqui em baixo. O que precisa ter e foi isso que nós fizemos aqui, isso foi multiplicado para a bacia toda do São Francisco. Estar acertando lá o Alto São Francisco, eu ajudei a fazer o projeto de lá, vai começar no começo do ano o Alto São Francisco, o Paraopeba, a região de Três Marias e região lá de Pirapoba, Bocaiúva, que é o Comitê do ***Pacuí. Nós vamos ser cinco dentro do Estado que vai estar com esse formulariozinho, que é um documento onde o cidadão, onde o proprietário

rural já tem a sua área cadastrada e oficializada. E aí nós temos um balanço do consumo de água e vazão de água. Nessa página aqui a gente fecha as sete páginas do formulário com um consumo de vazão, ou seja, estes 13577 com certeza, 80% não vai ter a cobrança de água. Não consome 86400 litros de água por dia. Isso é o que é o mais importante. Por que a notícia que caiu, gostaria de que os representantes da área agrícola e da área da Fiemg para poder espalhar a notícia desse volume de água. Por que a notícia que se espalhou, a partir do momento em que se começou a discutir em Minas Gerais a cobrança pelo uso da água, tem cadastrador nosso que foi recebido por espingarda. O cara chegou na porteira e deu cinco tiros, tem outro que deu dez tiros pra cima. Então o que nós precisamos fazer é uma divulgação maior. Então além de eu estar mostrando os dados, eu estou pedindo uma ajuda, por nós estamos usando aqui o artigo 36 do decreto que regulamenta a lei 3199. Nós estamos fazendo um papel de governo, mas a Associação de Usuários, como usuária de água que sou, representando uma cooperativa agrícola, nós não temos o poder de multar. Nós não temos o poder de ir a campo e querer forçar uma pessoa a preencher e a dar os dados. E um grande volume de registros, desses 13 mil, não tem o CPF do proprietário da terra, e o registro legal no Brasil se faz com esse número. A questão que nós estamos querendo avaliar é o link de eu ter fornecido um documento oficial do governo, registrando e cadastrando a água, por que ela passa a ter um registro na hora que eu levo pro *** Quinar, e esse dado vai ser transferido para dentro do IGAM e ele vai usar a nossa base como informação durante um tempo ainda. Então esse produtor que chegar com um papelzinho desse, lá no NARC precisa saber o atendimento que ele vai ter, por ele, em toda divulgação ele está registrando o consumo da água dele. Essa discussão pra mim não tem que ser a nível de NARC, ela tem que ser a nível de governo, SEMADE, praticamente só a bacia do Rio Pará é que fez isso, por que o Paraopeba não conseguiu fazer 3 mil com o custo absurdo. Eu não tenho questionar o dinheiro que foi repassado, R\$ 1.160.000,00, uma entidade ligada ao governo e ela não gastou esse dinheiro devidamente, bestou querendo mostrar que o R\$ 130.770,00 que foi passado para a Associação de Usuários, nós conseguimos fazer 13577, que foram preenchimento de formulários e contratando as pessoas. Então nós tivemos já um repasse de dinheiro pelo governo, onde não se conseguiu fazer com R\$ 1.160.000,00 se fazer mais de 3,5 mil cadastros. Isso é uma coisa que nós povo temos o direito de questionar. Nós como usuários de água, se eu chegar a qualquer órgão do governo do Estado, da Semade, para licenciar e apresentar esse formulário ele está devidamente registrado. Ele só não está dentro do sistema mineiro, porque é uma questão de rapidez e agilidade. Vamos precisar de mais digitador, tá Shelley, eu vou

ter um encontro com o José Carlos para isso, senão eu não consigo. O volume que nós fizemos foi para 13 mil, não consigo digitar demorou muito, a burocracia interna. Até que se repassasse o dinheiro da Semade pro IGAM, você conhece isso perfeitamente. Nós não digitamos mais por causa disso. Eu estou no meu primeiro mês de digitação. Considero até que nós conseguimos fazer muita coisa até agora. O direito de propriedade rural de dizer que ele já tem, o uso dele que é insignificante e o cadastro dele pronto, é um direito que ele tem na hora que ele chegar lá. Mas o governo precisa agora é se estruturar para atender isso. Essa informação do produtor ela ficou dentro do governo, ela não ficou com o produtor. Os formulários estão conosco lá, se vocês quiserem ver. Em janeiro, fevereiro e março, e concluir até abril, e eu estou jogando até abril para a gente poder concluir, e a grande parte desses formulários pertencem a propriedades rurais. As indústrias vão ter que nos procurar. Nós enviamos 6 mil correspondência para atividades econômicas industriais e mineração das quais nós conseguimos endereço e que a gente pudesse por no correio. Mas nós estamos tendo dificuldade em obter dados junto às indústrias e algumas delas dizem: Eu já tenho outorga. Só que é o uso total da água dela dentro da atividade econômica. Gostaríamos de ter o sistema com os seus diversos membros para nos auxiliar nessa divulgação e superar essa dificuldade que nós estamos chamando de porteira fechada. Pela lei, se nós formos usá-la ao pé da letra, se no final eu tiver que fornecer todas as portei ras fechadas e pontos de GPS pro governo, aqui dentro tem uma multa mínima de R\$ 40 mil. E essa multa vai ser julgada aqui, porque o sistema é que vai fazer. A multa é de R\$ 40 mil para quem não cadastrar. E o nosso cadastro está sendo de graça e por isso eu estou aqui apelando em mais uma instância de comunicação para que a gente consiga realmente usar esse esforço todo pro bem comum. Estamos fazendo um trabalho de cunho social. Nós estamos fazendo um trabalho que está na lei, mas o primeiro princípio é de cunho social, nós só queremos ajudar quem utiliza da água hoje. Porque a água está em conflitos de uso na nossa bacia. Nossa bacia tem 12500 km², vamos chegar aos 25 cadastros, fora prefeituras, fora Copasa.

Shelley – Eu vou levar isso pro José Carlos, eu tenho uma reunião com ele amanhã.

Regina – Eu gostaria que você levasse essa discussão porque nós vamos provocar um tumulto dentro do sistema. E ele não pensava isso quando ele me buscou para começar a fazer esse trabalho.

Shelley – Ele não pensava essa quantidade.

Regina – E olha que quando eu calculei entre 15 e 18 mil, eu usei dados do governo, dados do IBGE. Eu sei o porque do furo, porque o IBGE não considera uso e propriedade rural com menos de 3 hectares.

Shelley – Muito obrigado. Item 9. Relatório de vistoria da Granja São Geraldo. Quem vai apresentar? Por favor. Tem pessoal da Granja aí? Está presente? Alguém mais? Um pessoa. OK. Só um minutinho. Eu vou pedir desculpas a vocês, por que eu tenho uma reunião em Belo Horizonte duas horas. Eu vou ficar uns 15 minutos depois o Rogério me substitui aqui, mas eu queria antes agradecer muito aos conselheiros por esse ano tão bom que passamos. Muitos problemas, mas construímos muito. Eu acho que isso é o importante. Eu queria desejar a vocês, às famílias, e a todos aqui presentes, um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de vida, cheio de prosperidade, cheio de felicidade e saúde, isso é que é importante. Mas dizer que foi uma alegria muito grande estar com vocês este ano. O governo vai continuar presente este ano todo, estamos construindo muita coisa que nós começamos a ver este ano, por que tivemos o trabalho de base e agora começa a aparecer os resultados. Eu vou ter que me retirar, o Rogério vai me substituir, gostaria de agradecer a todos pelo trabalho, pelo empenho e agradecer ao NARC. O trabalho do NARC é incansável. Eu sei que os desafios são enormes, existem problemas ainda, mas as pessoas estão procurando fazer o melhor possível. Isso é que é importante: a gente acreditar, fazer, trabalhar. Os detalhes nós vamos corrigindo aos poucos e vamos chegar naquilo que nós planejamos no início do trabalho que foi feito do planejamento da secretaria do Meio Ambiente. Por favor.

José Antônio – Foi solicitado na última reunião no dia 17 de novembro uma vistoria nossa, e nos acompanharam também os conselheiros Capitão Valmir, o Camilo, Marcos e o conselheiro Edson Conceição que não está aqui. Esse relatório inclusive está na pauta, não sei se todo mundo viu ou quer que a gente leia o relatório. É bom ler?

Shelley – É bom ler por que a maioria não conhece, ou conhece? Todo mundo já conhece? Bem eu acho melhor que em vez da gente ler, colocar em discussão. Se todo mundo leu, ler de novo é uma bobagem. Todo mundo está consciente. Então vou colocar em discussão, os assuntos vão aparecendo e a gente vai debatendo. Vamos ver as fotos.

José Antônio – Essa é uma armadilha, ela está sobrecarregada de mosca. Você está vendo que não tem manejo nenhum. O pessoal não está fazendo a manutenção, não estão retirando essas moscas mortas e não está havendo o manejo adequado nessas armadilhas. Isso aí é uma outra armadilha que não tem veneno nenhum, defensivo nenhum para combatê-las. Completamente vazio. Isso é uma outra armadilha, ela está situada junto à vegetação rasteira muito propícia a infestação de moscas e também não está sendo feita a manutenção dessas armadilhas todas elas estão sem veneno. Isso também é outra armadilha que não tem manutenção nenhuma. Outra armadilha que não foi esvaziada, inclusive também está no meio da vegetação rasteira que é muito propício o acúmulo das moscas. Então não está tendo controle nenhum dessas armadilhas. Pode passar. Isso é uma vegetação rasteira do lado direito do galpão. Era para ter feito uma limpeza nesta área, não foi feita, as armadilhas estão junta dela... A vegetação rasteira em torno dos galpões não está sendo feito nenhum controle desse mato rasteiro no entorno dos galpões.

Shelley – Eu posso falar um minutinho? Esse senhor gostaria de fazer uma apresentação dos assuntos gerais, viu Rogério, dê a palavra pra ele, por que é um problema que eles estão sofrendo em uma região aqui, ele quer colocar no Copam e ele já veio três vezes aqui pra falar e não consegue colocar no Copam. Então eu gostaria que fosse aberto pra ele, antes de terminar para ele fazer sua explanação. Obrigado.

José Antônio – Se tiver alguma pergunta. A gente está aí para tirar qualquer dúvida.

Capitão Valmir – Eu não tenho dúvida, eu queria era fazer uma manifestação. Nós acompanhamos a fiscalização, juntamente com o Camilo, o Edson da Conceição, com o José Antônio e o Marcos, e foi também o Cabo Vanderley da Policia ambiental. Há muito tempo a gente vem enfrentando problemas com relação a Granja São Geraldo. Diversas denúncias e fazíamos as fiscalizações e eles estavam cumprindo as condicionantes, só que essas condicionantes não estavam sendo suficientes para fazer o combate. Uma coisa interessante que eu até te perguntei lá no dia, é sobre a vassoura de fogo, a chama de fogo, você falou que ela funciona a noite, e o rapaz da granja também falou. Então tem a fiscalização lá que estava tudo funcionando, as armadilhas, tudo. E a vassoura de fogo funcionando durante o dia. A impressão que deu foi de aquilo ali estava sendo feito para inglês ver. Foi o que a gente percebeu no local. E essa fiscalização sem qualquer conhecimento foi muito interessante por nos vimos realmente a causa dos problemas da região. Na

verdade, eles cumprem as condicionantes, ou estavam cumprindo as condicionantes só em véspera de fiscalização. Em fiscalização **** inopinada como foi essa, nós vimos nitidamente que ela não vem cumprindo as condicionantes determinadas e que sem dúvida, pra mim ficou claro, que é a causa da enorme geração de moscas que afligem os moradores da região ali. Eu não participei da fiscalização dos moradores, mas eu vi o relatório, inclusive o boletim de ocorrência da grande infestação na vizinhança. Então realmente o que me eu chego a crer depois de tanto tempo de fiscalização e o alto índice de incidência é a má vontade da empresa em estar cumprindo as suas condicionantes e estar realmente evitando problema dessa proliferação de mosca na comunidade ali que vem sendo assolada há muitos e muitos anos.

José Antônio – Eu como técnico já venho acompanhando em outras granjas e eu não estou vendo o efetivo controle de combate às moscas naquela região, naquela granja. Não está tendo o controle eficiente, o pessoal está descuidando demais do controle. Teria que ter um técnico capacitado para fazer com que o pessoal faça o controle eficiente. Não está tendo. A gente vai lá um dia, alguns galpões estão bons. A gente vai lá outro dia, está tudo ruim. Sem nenhum monitoramento sem controle da nada.

Marcos Vilela – Dentro do que foi levantado nos relatórios da vistoria, ficou faltando uma posição final em relação ao auto de infração que foi cometido, em relação às condicionantes que foram propostas. Que seja definido aqui, se não foi dentro dos relatórios, que seja definido aqui o auto de infração para essa empresa. Ela não está cumprindo porque ela não quer. Igual o senhor Roberto, levantou ai de que cada caso é um caso. Então esse caso da granja lá ele está totalmente fora de qualquer padrão de funcionamento de granja. Eu gostaria de deixar aqui também uma posição do seguinte: que seja votado uma moção no sentido de estar criando essa normativa, um parâmetro, porque da forma que está provavelmente outras empresas na área vai estar seguindo esse exemplo. Por que não está tendo nenhuma punição pra ele, há nove anos que ele vem fazendo isso.

José Antônio – Nós não temos competência para estar fazendo autuação, nós já enviamos algum ofício para o IEF solicitando uma autuação para a granja. Está aqui em minhas mãos.

Marcos - Talvez até a doutora Luciana pode estar informando a gente melhor, a promotoria do município tem como estar autuando o empreendedor através desses relatório que foram levantados da vistoria?

Luciana – Autuação não, porque o Ministério Público não tem essa função administrativa, mas ele pode tomar medidas judiciais e extra judiciais para resolver e solucionar o problema com base nesse auto de fiscalização e com base também no boletim de ocorrência que foi encaminhado pela Polícia Ambiental.

Marcos - Isso a gente teria como conselheiro de estar procurando o Ministério Público para poder estar oficializando isso ou automaticamente dentro do que foi apresentado o Ministério Público vai tomar essas providências.

Luciana – Só por uma questão de esclarecimento, o promotor de justiça é o doutor Márcio José de Oliveira, é o promotor titular. Embora eu trabalhe em Divinópolis, eu sou coordenadora das promotorias do Meio Ambiente do Alto São Francisco, e tenho atribuições em 23 comarcas. Não existe uma hierarquia, nada disso, mas nós temos atribuições concomitantes. Essa questão vai ser levada ao doutor Márcio. Hoje mesmo eu vou encaminhar. Acho que ele já tem cópia, acho que o Capitão Valmir já remeteu, mas eu vou encaminhar novamente juntamente com o Auto de Fiscalização. Vou fazer isso hoje mesmo e eu tenho certeza de que ele deve tomar as providências judiciais e extra judiciais cabíveis.

João Paulo de Brito – advogado – Eu gostaria que nós relevássemos no momento dessa reunião a situação que paira a respeito da Granja São Geraldo. Que despíssemos nossos corações de qualquer emoção e avaliássemos absolutamente com a razão, absolutamente com a razão. A empresa está implantando desde 1965, o problema foi detectado, existe um processo de Licenciamento Ambiental. Um parecer técnico favorável por parte do Instituto Estadual de Florestas, em outra ocasião, bem dito pelo técnico aqui presente, que em determinados momentos a população de moscas realmente se avoluma e aumenta. Ao mesmo tempo não conseguiu se detectar a razão específica. Supõem-se que seja em razão dos galpões de número 11 e 12. Em assim sendo, este núcleo do Copam já encaminhou moção anteriormente, votada pelo plenário do Copam, ocasião em que foi concedido ao empreendimento até 20 de janeiro para solucionar a questão. Seria o quê? Seria desativar os galpões 11 e 12. Obviamente até que essa situação se concretize eu acho que seria extemporâneo a gente estarmos tratando da mesma matéria, do mesmo assunto. Nós precisamos esperar dia 11, o prazo dado para a desativação das duas unidades e após o dia 20 de janeiro, aí sim a gente poderíamos fazer uma vistoria no local e realmente ver se a medida tomada foi eficiente ou não. Eu

gostaria que isso fosse relevado, que isso fosse levado em conta pelos senhores.

Marcos Vilela – Eu até concordo em relação à desativação desses dois galpões. Mas acontece que a vistoria que nós fizemos nesse dia, vários outros galpões constatava a mesma incidência de moscas. Então ficou bem provado, dentro do levantamento que foi feito que não estava sendo feita a capina que deveria ser feita em volta dos galpões, as armadilhas não tinham o atrativo das moscas, estavam cheias de moscas, sem fazer a limpeza e a manutenção delas. Então o foco de moscas não está localizado só no galpão 11 e 12 não. Está localizado em vários outros galpões. E até eu gostaria de estar propondo agora que seja feita uma visita lá da vigilância sanitária do Estado. Por que existe residência dos trabalhadores dentro da granja e provavelmente eles estão correndo risco em questão de saúde.

Rogério – A palavra continua em aberto. Quer se manifestar?

João Paulo de Brito – O que nós queremos é manifestamente essa questão. Isso foi levado à plenário do Copam no mês de julho e o plenário do Copam decidiu nesse sentido e supostamente a incidência de mosca no interior na propriedade é em decorrência do galpão 11 e 12. Então enquanto nós não tivermos o galpão 11 e 12 desativados, não temos como avaliar essa condição. E o prazo foi dado exatamente em cima de questões absolutas e eminentemente técnicas referendada pelo coordenador do Copam – IEF, doutor **** Jadir.

Marcos Vilela – Eu acho que grande parte das pessoas aqui não tem da forma como foi feito o relatório da vistorias. Então eu gostaria que se pudesse fosse lido o relatório em cima dos outros galpões que não fosse o do 11 e 12. Eu gostaria que fosse lido para as pessoas compreender melhor. Por que o que está acontecendo aqui é o seguinte: está focando os dois galpões que vão ser desativados e o objetivo da nossa vistoria lá, foi justamente em cima dos outros galpões, onde nós constatamos os problemas.

José Antônio – Verificamos que os galpões 11 e 12 estava fora dos padrões técnicos de distanciamento entre eles, todo mundo focou para aqueles dois a incidência de moscas e esqueceram dos outros 11 galpões. Então constatamos agora nessa vistoria, **** 13 galpões nós fomos em 7 galpões, todos eles estavam com alta incidência de moscas. Porque? Porque ele focou só nos galpões 11 e 12. Agora os dejetos das galinhas estão em todos os outros. Então

o pessoal deixou de fazer o controle eficiente em cima dos outros galpões. Por que pela alta incidência de larva, abaixo dos galpões, porque quando nós contactamos não tinha empregado nenhum, funcionário nenhum colocando cal abaixo desses galpões. Não tinha manutenção nenhuma desse galpões e isso nós contactamos em loco lá. Inclusive foi filmado, mas não deu pra passar o filme aqui, mas isso foi contactado lá. Falta de manutenção, falta de apoio técnico por parte da granja. Inclusive nós tivemos em outras propriedades ali e a incidência de moscas era horrível. Também não deu para mostrar porque estava no filme. Isso é falta de um controle, falta de um técnico capacitado para resolver o problema da granja.

Gilson – Eu gostaria de fazer algumas considerações. Algumas coisas não estão claras para mim. Primeiro que decidiu tecnicamente em um certo momento que aqueles dois galpões era que era o foco? Houve aval de algum técnico pra isso? Existe um técnico que acompanha isso? Ou foi uma decisão unilateral do proprietário de achar que era aquilo. Por que eu não sei em cima de quê eu estou decidindo. Porque se houve um parecer técnico, de que aqueles dois galpões eram o problema, portanto houve um erro técnico, esse técnico te que ser de alguma forma responsabilizado. Então eu preciso desse prazo pra verificar, quem decidiu isso?

José Antônio – A primeira coisa foi a locação dos dois galpões naquele local. Por que foi um local que já teve lá uma mina, é um local que tem barrancado não tem ventilação natural nenhuma e o espaçamento técnico dos galpões... por exemplo se os galpões tem uma área de 8 metros de largura a área de espaçamento a área tem que ser duas vezes essa largura de um galpão para outro, tem que se de 16 metros. E lá tem quatro metros de largura. Não tem ventilação natural nenhuma. A umidade que gera a infestação, a proliferação da mosca. Se não tem ventilação natural, a umidade tem que ser combatida com cal e o pessoal não está fazendo o combate de acordo com o que nós constatamos lá.

Capitão Valmir – Só complementando a colocação do professor Gilson, eu já participei de outras fiscalizações na empresa e a situação dos galpões 11 e 12 sempre se apresentou mais crítica. E o que nós notamos especificamente nesta fiscalização, é que talvez o empreendedor tenha interpretado isso: “Eu vou resolver o problema do galpão 11 e 12 e pronto”. Ele abandonou tudo. Até os galpões 11 e 12. Nós fiscalizamos os outros galpões e as armadilhas estavam sem veneno, sem manutenção. Então a situação dos outros galpões piorou sensivelmente por que nós verificamos isso. A situação dos outros galpões já

estava semelhante ou pior do que a do 11 e 12. Então ele tinha que manter realmente, ele tem condicionantes para evitar essa proliferação de moscas. Inclusive umas das condicionantes é de que se eles não manter as condições ideais de umidade lá que ele tem que retirar de 5 em 5 dias.

Rogério – Eu vou passar a palavra ao consultor jurídico nosso, pro Pedro e depois a doutora Luciana.

Pedro Coelho – Só para ajudar o conselheiro Gilson no entendimento desse processo. Esse processo entrou no NARC Alto São Francisco já faz algum tempo e nós começamos a fazer vistorias, foi elaborado grupos de estudo, tudo para poder chegar a uma conclusão do quê que seria melhor para solucionar o problema da proliferação de moscas. Um fator que sempre ficou na minha cabeça era o seguinte: porque o empreendimento que está descumprindo uma condicionante, por que foi constatada nas vistorias a proliferação de moscas, por foi constatado a proliferação de moscas, não foi autuado nesses dois anos que esse processo está dentro do NARC, em nenhum momento ele foi autuado por descumprimento de condicionante. Então acho que o pleito do conselheiro Marcos é que grande valor, concordo também com o advogado João Paulo na questão daqueles dois galpões deve ser aguardado referente a nova locação dos dois galpões, mas não vejo em problema algum a questão da autuação pelo descumprimento da condicionante da proliferação de moscas no empreendimento como um todo.

Luciana – Eu também gostaria de manifestar a minha discordância com o doutor João Paulo. Por que a licença ambiental é um parecer técnico, não é um salvo conduto para o empreendimento fazer o que quiser. A Licença Ambiental autoriza o empreendimento a trabalhar, mas nós sabemos que a licença do direito ambiental não guarda todas as características do direito administrativo. Nós sabemos inclusive que ela tem prazo e nisso ela se diferencia muito do direito administrativo e além disso tudo as medidas judiciais elas podem ser tomadas em desfavor do empreendimento mesmo que ele esteja licenciado. Então acho que nós não podemos aguardar como o doutor João Paulo está sugerindo, janeiro para resolver, eu também discordo com o senhor quando o senhor fala vamos nos despir de qualquer outro sentimento, por que eu não atuo em nada só como promotora de Justiça. Não existem duas figuras: a Luciana e a promotora de Justiça. Em tudo o que eu ajo, eu ajo com as minhas experiências, com os meus sentimentos. E eu sou solidária com aquela população que sofre com o descumprimento da lei ambiental pela Granja São Geraldo e eu vou dizer mais. Eu lamento

profundamente que esse empreendimento ainda esteja funcionando dessa maneira. Por que o senhor nos toma como crianças, o senhor me desculpe a sinceridade, quando o senhor diz que, quando o senhor quer trazer uma situação que nós sabemos que não existe. Por que nós conhecemos perfeitamente a situação da Granja São Geraldo, sabemos a inércia do empreendedor em cumprir as leis ambientais, as condicionantes que foram impostas e sabemos que é por isso que a população sofre e que o Meio Ambiente tem sofrido também. Outras granjas não tem tido as reclamações que a Granja São Geraldo tem e é pelo descumprimento do empreendimento do senhor. Então o senhor como procurador o senhor leve essa mensagem ao seu constituinte. Não sei se eu posso falar pelo Copam, mas eu falo pela minha pessoa, por Luciana, pela promotora de Justiça. Essa minha mensagem de desaprovação total desse comportamento **** desidioso do empreendimento.

João Paulo – Eu queria dizer que jamais, em tempo algum quis chamá-los de infantis da forma que quis traduzir as minha palavras a doutora Luciana. A única coisa que a gente roga que seja levada em conta é que nós estamos dentro de uma Estado democrático de direito, onde os poderes devem ser independentes e harmônios entre si e o órgão superior do Sistema Estadual de Meio Ambiente que é o plenário do Copam. Decidiu sobre esta matéria que está retornando mais uma vez a este núcleo. Em sua decisão do ponto de vista técnico, o que ficou definido é que supostamente, o que gera a incidência de moscas em toda a propriedade e aí nós não podemos avaliar os galpões do ponto de vista isolado, quem decidiu foi o corpo técnico do Instituto Estadual de Florestas, seriam os galpões de número 11 e 12. Em assim sendo, seria imprudente se falar inclusive em poluição, mesmo porque se nós vasculharmos toda a legislação ambiental, nós vamos perceber que não existe padrão para a incidência de mosca, então estarmos falando em poluição nesse sentido específico é absolutamente inapropriado, respeitarmos a decisão do órgão superior que deu ao empreendedor um prazo até o dia 20 de janeiro para adequar a situação e é isso que nós estamos pedindo. Nada além .

José Antônio – Eu não tenho competência para lavrar um auto lá na hora e já solicitamos ao IEF para providenciar e já está aqui o ofício solicitando a autuação daquele empreendimento.

Rogério – Qual data?

José Antônio – A data protocolada foi dia 5 de dezembro de 2005.

Rogério – Eu acho o seguinte, em relação ao assunto o qual foi falado aqui. Nós não estamos retornando a um assunto aqui não, na verdade isso aqui é apenas um balanço e uma prestação de contas de uma coisa que foi suscitada e é objetivo desse conselho de fazer esse tipo de monitoramento. Nós estamos apenas argüindo uma situação, não apenas pela parte do conselheiro, mas pela parte do grupo de trabalho que realizou uma diligência, nós estamos transferindo essa diligência em informação geral pra toda a comunidade, no caso especificamente aos próprios conselheiros e diagnosticar essa situação. Eu acho que em caso concreto, nas palavras que ai foram faladas do ponto de vista jurídico e de todos os aspectos é de que realmente tem anomalias verificadas. O assunto já foi colocado, o próprio Capitão Gerson já apresentou e já foi apresentado pelo próprio José Antônio também. Se isso não foi feito, vai ser feito, que é a questão do Auto de Infração que tem quer ser emitido. E o Auto de Infração tem o devido processo legal a correr, notificado em seguido. E vai correr o devido processo legal. A argüição do próprio conselheiro Marcos ela vai ter esse rito normal. Isso vai ser feito, foi colocado ao IEF. Não somente nós, mas dentro do circuito novo que a gente vai instalar de acompanhamento das partes de fiscalização, o próprio Capitão Valmir que lavrou um BO, isso vai ser argüido a verificação de a quantas anda. Nós estamos agora em um intervalo, de dezembro até fevereiro de ter a próxima reunião. Nada mais justo do que verificar essa situação, mesmo porque no decorrer desse tempo estará espirando o prazo da licença concedida ao empreendedor, ao empreendimento. A de ser visto toda uma situação que o empreendedor terá que apresentar porque está no corpo de situação de apresentação da renovação da licença, que já foi falado muitas vezes. Não somente na situação que já foi apresentada aqui, do entorno, o caso já é longo, já se arrasta há muito tempo. Nós vamos ter dentro do quadro geral, de conclusão deste balanço aqui, é que haverá no curso desses próximos 60 dias ou menos uma definição clara em relação a esse objetivo. Não somente aquilo a que o advogado colocou. Vai haver uma situação, o processo de Auto de infração e um rito próprio que deve ser norteado independente de outras ações. Renovação de licença e outras coisas mais. Vai ser feito e vai correr o rito normal. A diligência toda não só por parte do IEF, mas por parte de toda a secretaria é diligenciar a monitorar essa situação. O corpo que eu chamo a atenção é por que está *****estatuído que em relação à situação da parte de acompanhamento da fiscalização que já foi falado várias vezes, é que no corpo inclusive da lei que está dentro da Assembléia Legislativa, a parte do *****GC Fai que tomará na forma de lei e não somente na forma de decreto como existe hoje, a coordenação cabe exatamente à Polícia Militar, que vai fazer todas as ações necessárias a este tipo de acompanhamento,

qualquer que seja o caso. Nesse caso, não há nem que se manifestar isso, é uma sugestão que eu estou te fazendo. Na verdade já há uma situação clara com relação ao Auto de Infração, a menção do que o próprio José Antônio colocou aqui e já está então instaurada a situação. Não há nem a necessidade de se fazer uma moção, isso já tem que correr em rito normal por que já foi protocolado no dia 5, cobrando uma coisa que a própria Polícia já entregou que é o BO e a própria justificativa do relatório de vistoria. A argüição do ponto que foi colocado aqui, que foi o ponto 9 de pauta, é exatamente transferir e dar elucidação a esse fato do que está ocorrendo. Agora, como se diz, não foi um fato, já tem três sessões que está sendo proferido. O fato novo que se argüiu aqui, em função aqui, em função de todo àquele dilema que já tem um ano, que se acompanha em relação aos galpões 11 e 12, é que se verificou que há coisas a mais no empreendimento. E isso vai ser chamada à luz **** RADA, quando vier o relatório de atividades para renovação de licença todo esse passivo vai ser objeto claro, todo esse passivo que está sendo feito e aí o empreendedor vai ter que mostrar... é fato concreto de que haverá uma elucidação final em relação a não somente o auto de Infração, mas também em relação ao empreendimento como um todo até que nós tenhamos a nova reunião em fevereiro. Eu gostaria de deixar claro isso por que faz parte exatamente da apresentação da situação que se propõem aqui, do balanço da apresentação de contas. Em função da reunião acho que eu deixaria em aberto assim para que as pessoas se manifestassem na parte final referente ao assunto para que a gente passar para outro ponto. Existe aqui, doze inscritos para assuntos gerais, isso aqui é um dos assuntos gerais, para que a gente possa realmente conduzir a reunião. Pois não, Gilson.

Gilson – É que eu preciso sair agora presidente, eu acho que ficou tudo esclarecido em relação à situação. Em caso de votação em caso de problema de quorum, se tiver que votar alguma coisa eu voto com o grupo de trabalho que nós temos, em caso de discordância entre o grupo eu voto com o IBAMA.

Rogério - O mérito é o balanço de prestação de contas, na verdade o grupo de trabalho apresentou e a decorrência disso tudo foi a cobrança que o próprio conselheiro Marcos colocou. Há uma ação incisiva em relação ao relatório, há. Detectou, detectou. O próprio Pedro falou. Nós temos uma ação específica que é autuar. A autuação está clara. É só acionar o que está sendo feito e acompanhar essa situação. Capitão Valmir.

Capitão Valmir – Só para encerrar essa discussão da minha parte. Eu sei que está chegando a renovação a licença da empresa, mas agente às vezes fica

cansado de brincar de gato e rato com determinadas empresas que se tivessem realmente o interesse de estar cumprindo essas condicionantes, mas nós vimos como as armadilhas estavam lá. Realmente a autuação vai dar prosseguimento, mas até a título de exemplo da empresa de refrigerantes de Cláudio, ela não cumpria as condicionantes e foi sugerido até a suspensão das atividades dela. Então não sei se seria viável nesse momento ou se deixaria a situação para quando da renovação da licença.

Tonico –Igaratinga – Eu queria pedir licença para me afastar que eu tenho dois velório agora. A verdade é essa, mas a vida continua. Queria parabenizar o NARC pelo seu trabalho neste ano e as conselheiros. Quando o presidente falou aí, eu me lembrei, realmente talvez atrase um pouco mas eu tenho que cada processo julgado aqui, se perguntar a um dos conselheiros eles vão tudo conforme foi esse processo, por que ele foram feitos com muito amor, com muito carinho e não olhando tempo para serem votados, nós temos processos em Belo Horizonte que foram protocolados no dia 02 de dezembro do ano de 2004, no dia 02 de dezembro de 2005 e que até hoje nós não temos resposta de onde eles se encontram. Ao contrário que aqueles que foram protocolados aqui no núcleo em março, nós já estamos com as licenças de trabalhando dentro das condicionantes. Por isso eu tenho essa força de parabenizar cada um dos funcionários e trabalhadores da Feam e do conselho, e que nesta véspera natalícia e do nosso senhor Jesus Cristo, eu quero dizer a cada um que se a gente pudesse mandar uma faixinha para ser colocado na frente de cada residência, de cada porta de sala de nossos trabalhos, eu colocaria aquele: Façai ao outro aquilo que quer que faça a você. Que cada um de nós possamos ter Feliz Festas, iluminada com as bênçãos do nosso senhor Jesus Cristo nesse final de ano e que a gente possa retornar unido em prol do nosso Meio Ambiente. Muito obrigado.

Rogério – Muito obrigado. Roberto.

Roberto Soares Nogueira – Eu queria só uma explicação. O professor Gilson disse que deixou o voto dele. Eu entendo que um conselheiro só possa votar estando presente. Eu acho que isso deveria ficar claro.

Rogério – Essa é a chamada questão de ordem, está dentro do regimento. Ele estava argüindo uma questão que dentro do regimento não é possível.

Roberto Soares- E só poderia haver uma votação aqui se houvesse quorum, e eu acho que no momento não existe. Mas eu não estou defendendo que não

haja votação não. E queria explicar para o companheiro Marcos que em momento algum eu quero que o caso dessa granja seja tratado como normal não. Eu disse o seguinte: que você não pode criar norma para exceção. A exceção é exceção. A norma tem que ser para a normalidade. Você parece que me entendeu mal quando eu fiz a colocação. É só isso.

Rogério – Não é questão de quorum. Eu acho que a questão que foi colocada aqui em assuntos gerais é a apresentação de relatório. Tem um aspecto iminente e próximo. Esse aspecto com relação ao problema do RADA isso é iminente. Isso tem aproximadamente 20 dias, 30 dias no máximo. A questão que está sendo colocada é que nós vamos ter argüição, independente do RADA vai ter a aplicação da penalidade. No encerramento dessa discussão aqui ou dessa apresentação é que realmente foi apresentado e os testemunhos que foram feitos pelo grupo, ele passa a integrar realmente o processo com relação ao empreendedor. Esse registro esta constando a ata e isso vai integrar exatamente do devido processo legal de avaliação. Isso é líquido e tranqüilo. Então eu gostaria de só deixar exposto que a situação é a de que não se suspende não. Ela está ainda em discussão, ela ultrapassa ainda o limite desta reunião até a próxima reunião sim. Ela vai voltar em fevereiro, por esse é um assunto lamentoso, por que esse quadro lamentoso que tem um ano, isso vai ser definido claramente por circunstância desse outro posicionamento novo que foi colocado aqui durante esta apresentação que é o auto de infração e que vai ser cobrado. O julgamento dele, a verificação disso é que realmente a situação deve vir novamente para ser discutido aqui. Eu vou passar para o Pedro antes de abrir a palavra aos doze inscritos para os assuntos gerais.

Pedro Coelho – Na reunião passada em Itaúna foi julgado o Auto de Infração referente ao Auto Posto Carro de Boi e por omissão de nossa equipe nós esquecemos de esclarecer aos conselheiros que o pedido de reconsideração que foi proposto pelo empreendimento ele estava intempestivo, então não caberia nesse referido caso a descaracterização do Auto de Infração. Então naquela reunião aconteceu a descaracterização, ou seja, é um ato nulo ao analisar administrativamente dentro do direito. Então é esse esclarecimento que eu dou que a aplicação da multa, vai ser dado continuidade ao processo.

Rogério – Eu deixo a palavra em aberto agora para os conselheiros e manifestarem dentro de Assuntos Gerais.

Capitão Valmir – Eu só gostaria de desejar a todos felicidades e um próspero Ano Novo. Esse foi realmente um ano muito produtivo, excelente,

aprendemos bastante. Eu acho que esta experiência de ser conselheiro é muito gratificante, dá um pouquinho de trabalho, mas nós aprendemos muito e podemos colocar em prática no desempenho de nossas atividades com certeza. Em Divinópolis a Polícia Ambiental está melhorando também com esse processo, por que às vezes o que está se passando aqui e eu repasso pra eles, para o meu pessoal todo esse processo para que eles tomem conhecimento, para que eles vislumbrem os problemas. Há uma interação muito grande entre a Polícia Ambiental e o NARC. Gostaria realmente de desejar a todos, aos conselheiros todos aqui presentes, Boas Festas e que o próximo ano seja ainda mais produtivo.

Rogério – Eu agradeço as palavras do Capitão Valmir. Não preciso de falar por que o doutor Shelley já expressou exatamente a posição da secretaria que é o sentimento de todos nós da secretaria, do sentimento de crescimento em relação aos NARCs futuras superintendências, que a gente quer que ao retorno em fevereiro que já tenhamos realmente constituído a situação e implantado todo aquele ***arcabouso que está sendo previsto no projeto de Lei 1951. Palavra em aberto. Não havendo nada então, eu vou pelo pedido de inscrição, solicitar a cada um que for sendo chamado que fosse o mais objetivo possível em relação aos seus pontos. Primeiro é Adeci Alves Costa. Eu gostaria de pedir que fosse o mais breve possível e já fazer um chamado de que possivelmente a partir do ano que vem possivelmente em cima desta mesa aqui haverá um relógio. É uma disciplina que nós vamos fazer em relação a tempos normais de três, um e cinco minutos que são tempos regimentais. Que a gente possa realmente ter um parâmetro melhor de disciplina de horário. Pois não Adeci pode falar.

Adeci – Meu nome é Adeci, eu sou da cidade de Cláudio, sou moradora vizinha à mineração a Bracon. Minha solicitação, minha briga é de defesa do Meio Ambiente. Nós tivemos a visita do pessoal da Polícia do Meio Ambiente e do pessoal do NARC, que não me lembro o nome, eu não dei o relatório que até que foi passado para a mesa ali que foi protocolado no Ministério Público Federal em Belo Horizonte. Com relação ao que eu achei, que eu acho e que a nossa comunidade que está lá, a gente está com abaixo assinado também... É porque quando o pessoal foi fazer essa visita, na minha opinião o prazo foi muito pouco, eles não viram as represas, aonde ele mesmo confessou para mim que não chegou até a represa, aonde tem quatro represa descendo a pedreira, aonde tem animais que bebe água. Nas fotos aí eu mostrei. Quando eu comecei este, trabalho, essa briga em defesa do Meio Ambiente, não é só por mim, é pela comunidade. Nós temos água lá, as represas são mantidas por

água nascida na serra, nós temos a fauna e temos a flora. É triste a gente saber que tem pessoas estudando outras coisas, com direitos, registrado nos órgãos, que estão registrados e mas a gente tem que brigar por isso. Por quê que eu brigo? Por que eu estou vendo ultimamente, depois desses resíduos que a empresa está soltando lá na experiência, experiência de pesquisa, eu não sei bem ao certo. Os animais silvestres descendo da serra desesperados à procura de abrigo. Eu já encontrei animais que eu nunca vi naquela região. Hoje eu estou vendo macacos grandes assim, por que conheço lá são os miquinhos, hoje eu estou vendo macacos grandes correndo desesperados e outros animais silvestres que lá tem muito. O dia que o Corpo de bombeiros foi lá fazer uma vistoria, por que eu mandei e-mail sim para todos os órgãos que eu pude manda. Eu pedi socorro. Por que eu acho que é assim que a gente consegue mostrar à população e ao meio público o quê que é o nosso Meio Ambiente. E eu me relatei muito a isso, por que eu vou fazer 60 anos e na minha experiência de vida eu estou vendo o Amazonas secando, então o que vai acontecer com as nascentes pequenas? Ela são pequenas na verdade, mas são as pequenas que viram grande depois. Na minha opinião sim. São as pequenas que vão para o Córrego, para uma represa e daí para o Rio e do rio vai para o mar e assim por diante. Então é nessa briga que nós estamos trabalhando.

Rogério – Eu estou sendo chamado a atenção, porque aqui haverá um evento às 14 horas nesse local aqui por parte da Funedi. Nós temos doze pessoas e eu gostaria que fosse o mais sintético possível. Agora já é uma hora da tarde.

Capitão Gerson – Apesar do procedimento ter baixado em diligência eu pediria que fosse juntado esse pedido de tutela antecipado da senhora que acabou de se manifestar, por que o DNPM segundo consta no documento, já interditou a atividade. Então ela não tem que minerar. Sem o título de mineração não tem que se minerar.

Rogério – OK. Ela está na diligência e ela vai ser argüida essa infração. Senhor Jesus Natalino de Souza. Já foi. Geraldo Maia da Silva. Eu gostaria de pedir o mais breve possível, no total máximo de 3 minutos.

Geraldo Maia da Silva – Estou aqui pela terceira vez, estou acompanhado de pessoas que representam as seis famílias, assunto já falado aqui anteriormente, proprietário de terra que foram alagadas pelo rompimento de uma barragem dia 17 de janeiro de 2003 e também acompanhado de um proprietário a montante de terra que protesta pela reconstrução da barragem. Além de mais

dois proprietários que não estão presentes, que também protestam pela reconstrução dessa barragem. A barragem fica situada no povoado do Ferrador, Município de Divinópolis. Estamos vivendo hoje um problema. Está faltando água para as nossas criações, está faltando água nas nossas plantações e também a água que serve para o consumo humano, isso devido a uma tentativa de reconstrução desta barragem que aconteceu dia 31 de maio, por um de seus proprietários, sem legalidade, e sem acordo com os vizinhos das outras propriedades. Quando houve o rompimento da barragem nós tivemos que tirar uma licença junto ao IGAM para desassorear o canal que abastece as nossas propriedades. Agora no dia 31 de maio ele veio mexer na terra novamente e voltou a assorear. Hoje nós estamos vivendo esse problema. A Polícia Ambiental, juntamente com o Copam, fez uma vistoria. A Polícia Ambiental, fez um trabalho muito eficiente, tirou as fotografias, fez um BO, já passou para o Ministério Público e o Copam ainda não prestou esclarecimento nenhum, não fez nada ainda em torno da sua visita e não nos esclareceu nada até o momento. Estamos vivendo no momento, um problema de falta d'água, a água nesse local assoreado está tomando outro caminho e está partindo para outro vertedouro. A nossa principal reivindicação seria providências imediatas, por que essa água já corre lá há mais de 70 anos, onde meu pai nos criou e eu dou continuidade com isso lá. Mas com a falta d'água é muito difícil. Talvez o nosso problema seja de pequeno impacto, seja um problema pequeno para vocês, mas nós é muito grande. Por que quem vive com aquela água e passa a ficar sem ela, além dos problemas pessoais, dos nosso animais e das nossas plantações, existe também o problema ambiental. Nós esperamos que providências sejam tomadas nesse sentido o mais breve possível e que nós possamos debater sobre isso, nós não estamos muito à altura de debater esses assuntos aqui, por que nós somos da roça, somos simples, e queremos a compreensão de todos vocês.

Rogério – Eu solicito exatamente na posição que o senhor colocou, não foi apenas desta vez, mas das outras vezes, é que em relação a esse... inclusive o laudo que a polícia tenha feito, que o próprio NARC através do segmento específico faça a ação para que possa realmente esclarecer. Nesse sentido até o próprio José Antônio estava querendo falar, talvez seria instruindo informações pertinentes ao que o senhor colocou aqui.

José Antônio – Nós estivemos lá duas vezes em vistoria junto à Polícia Ambiental. Contatamos a falta de água, mas até então nós não tínhamos contatados com o empreendedor que tinha dado o problema da represa. Na Segunda vistoria convocamos o mesmo para fazer o licenciamento e inclusive

ver a possibilidade através do IGAM, se há condição de fazer o barramento ou desativar aquele barramento. A posição já foi tomada, o pessoal já preencheu o FCEI e já mandamos para o IGAM. Estamos só esperando o técnico do IGAM se há ou não a possibilidade de fazer o barramento. É a providência que está sendo pedida.

Rogério – Eu gostaria que trouxesse para esclarecimento, não só dos conselheiros, na próxima reunião. Para mostrar quais são as ações não só para o senhor Geraldo, mas para todos nós aqui.

José Antônio – Nós estamos hoje na mão do IGAM.

Rogério – Exatamente. A ação nossa é conjunta. OK, senhor Geraldo?

Geraldo – Nós concordamos com tudo isso, mas ficar sem água... Nós pedimos mais urgência nisso, por que ficar sem água, porque um indivíduo mexer na terra e entupiu o nosso canal. Nós não podemos lá desassorear um canal no terreno dele. Eu acho que temos que procurar uma maneira de tentar resolver esse problema da maneira mais rápida possível. Agora nós vamos esperar a próxima reunião, chega aqui e justificam que não encontrou o indivíduo e vai justificando e vai protelando e assim nós vamos ficando com o problema e convivendo com ele.

Rogério – Eu vou solicitar ao NARC, em função justamente do que o senhor está colocando, o problema de conflito da água em relação à disponibilização de água agora. Por que aguardar 60 dias... quer dizer, nós temos que diligenciar independente do relatório de fevereiro que seja feita, tomada a informação que foi dada pelo senhor Geraldo, para olhar exatamente esta situação. Água é um aspecto de sobrevivência. Então nós queremos que fosse solicitado do NARC esta posição.

Geraldo – Ei não tenho muito entendimento, mas só aquela burocracia que é enfrentada junto ao IGAM em Belo Horizonte, e documentação para fazer uma outorga, isso leva meses.

Rogério – Não, não é o caso. Eu estou argüindo a questão imediata em relação ao NARC providenciar, para verificar esse aspecto do conflito, para solução direta com o senhor, antes da reunião de fevereiro.

José Antônio – Inclusive a Polícia Ambiental já embargou a obra. Então embargada.

Rogério – Eu não estou falando embargar. Eu estou falando da disponibilização da água. Por que se está assoreado é um outro problema. Os assoreamentos é um processo complicado em termo de você implicar que o empreendedor vai ter que desassorear. Eu estou falando da disponibilidade de água que ele está alegando da inexistência de água para ele. É um outro problema. Você pode verificar que o NARC deu total apoio nesta situação de definição de ter água disponível que é o primeiro item dos aspectos de sustentação de animal e de consumo humano.

José Antônio – No uso de recursos hídricos foi colocado o desassoreamento da região e todo trabalho nosso vai ser feito naquilo ali. Isso agora vai ser rápido.

Geraldo – Nós queremos saber que rápido é esse, José Antônio?

José Antônio – Isso eu não posso te falar agora não.

Rogério – Está havendo problema de água, senhor Geraldo? Ou é a questão do assoreamento?

Geraldo – Está havendo problema de água no nosso canal, pois a água é insuficiente para abastecer as seis famílias, as seis propriedades que tem lá. Então é água não é suficiente para nós. Então ela está sendo distorcida, ela está passando por uma outra vertente e está correndo no córrego atoa. Nós não podemos tomar essas providências, por que lá não é propriedade nossa, lá na terra onde ficou a barragem. A propriedade é do mais interessado em fazer a barragem, esse que está tentando sem legalidade, ele já até mentiu...

Rogério – OK. OK. Isso nós já sabemos. A questão única é da informação do senhor Geraldo e do pessoal do entorno sobre esse trabalho. É um trabalho direto, que vai ser feito pelo NARC para prestar essa informação. O relatório vem em fevereiro, mas é para dar solução desse problema com relação ao uso ou desvio da água. OK ?

José Antônio – Só mais uma explanação, Rogério. Tudo isso foi colocado no FCEI e saiu no FOBI. Inclusive a APEF, que está lá na área de ***APP , o

IEF vai ter que ir lá dar uma anuência. Está tudo em andamento, não está parado não.

Rogério – Eu só estou levando a questão imediata em relação em FOBI, a FCEI. Já transformou em FOBI o FCEI? OK. E o empreendedor já está notificado também da arguição. Independente disso é ver o que está ocorrendo lá hoje. É só isso a informar. Outra pessoa, Geraldo Magela Lopes.

Geraldo Magela Lopes – proprietário rural – Eu vim a esta reunião em forma de fazer um protesto, por que esta pessoa que é denominada senhor José Geraldo de Freitas ele alegou o seguinte que todas as pessoas proprietárias onde está sendo feita esta represa, estão de acordo com essa construção. E isso não é a verdade. Eu sou um dos proprietários, por que foi deixado pelo espólio do meu pai, somos seis irmãos, e eu sou contra a construção da barragem. A Terezinha, minha cunhada é contra essa construção e eu acho que com a reconstrução dessa barragem vai faltar água para as outras pessoas. Quando meu pai fez a construção dessa barragem, isso há mais de 20 anos, já deu esse problema, mas na época não era fiscalizado. Ele fez lá do jeito dele e ela arreventou e causou danos. A liberação dessa barragem tem que olhar. Por que com a reconstrução dessa barragem lá vai atrapalhar pra eles lá em baixo. E nós lá da fazenda, a terra lá da minha mãe, ela não tem condição de manter, por que não é só fazer a barragem. Tem que, depois dela feita, fazer a manutenção dela. Por que isso foi feito na época do meu pai, ele limpava lá onde tinha a saída da água e com a morte dele isso nunca mais foi feito. Eu tenho certeza que lá da minha família que hoje a única escriturária é a minha mãe, ela não tem condições de manter essa limpeza, não sei o senhor Geraldo, ele fala que tem. Então eu queria olhar nesse aspecto. Que não fosse feita essa represa por causa disso. Ele alega lá que ela foi feita para a comunidade, mas não. Quando ela foi feita, foi questão de lazer do meu pai, de colocar uns peixinho, de pescar. Lá só tem quatro proprietários, e desses quatro proprietários, três estão contra a construção dela. Não é tem falta d'água, a água está correndo lá no ribeirão e se fechar vai acabar, por que ela juntar tudo na divisa do terreno nosso com o do senhor Geraldo e pra eles lá embaixo que tem animais, que tem gado, que tem planta, que tem gente lá que mexe com pinga, por que pinga legalizada, tudo certinho. Então isso vai ser prejudicial à eles. Então eu estou do lado da maioria que vai ser prejudicada. Eu não vou querer lá dentro do nosso terreno uma represa bonita e sabendo que os meus vizinhos vão ser os meus inimigos porque não estão tendo água lá. Com essa construção eu tenho certeza que vai prejudicial. Vão para alguns poucos que estão ali e prejudicial para várias pessoas.

Rogério – Só para entender. Essa represa antiga pertencia ao espólio do seu pai?

Geraldo Magela – É. Ela foi feita em divisa.

Rogério – E agora está outra pessoa querendo...

Geraldo – Outra pessoa que antigamente o pai fez ele já morreu, e essa pessoa hoje que é proprietária desse terreno de cima e ele que quer fazer, para lazer dele.

Rogério – Muito bem. Está esclarecido, porque isso vai ser agregado exatamente na discussão da própria liberação ou não da construção desse empreendimento. OK? O tempo está correndo senhor Geraldo e nós temos doze pessoas inscritas aqui. Isso vai voltar. Esse esclarecimento já vai ser imediatamente argüido com vocês, está certo? Eu tenho que um rol de pessoas inscritas. Bom o João Paulo já esclareceu, que é o advogado. Victor Ferreira dos Santos. Já foi? Samuel Dias. Samuel três minutos no máximo, OK? O assunto já foi muito esclarecido.

Samuel Dias – Meu nome é Samuel, eu sou morador da comunidade do Inhame. Eu estou aqui para agradecer esse grupo de trabalho, principalmente ao doutor Camilo, eu queria pedir desculpas que eu peguei pesado com ele na reunião de Itaúna. Por que no modo dizer, o que eu vim manifestar na época em Itaúna foi verdadeiro, mas eu falei como estava geral. Eu queria também que fosse trazido para licenciar em vez de Belo Horizonte, para licenciar aqui em Divinópolis, por que quando licenciou em 2000 a gente foi muito prejudicado. Nós fomos três vezes lá na ****ACAP, e na época o conselheiro pediu vista, tirou as condicionantes que o técnico havia sugerido, então a gente queria que fosse trazido pra cá por que graças a Deus parece que a coisa vai resolver. Muito obrigado.

Rogério – Esse é um assunto Samuel que nós vamos ter que ver e olhar com muito cuidado porque dentro da disposição legal ele está colocado pra lá. Mas dada a característica, que foi colocada especial daqui, isso deve ser *****desaforado se for o caso em relação a essa discussão, tendo em vista a particularização que houve nesse caso específico. Carlos Alberto ****Salum. Depois de Carlos Alberto tem um nome aqui que eu não consigo identificar. Depois tem Leslie, depois Davi Dias Reis.

Davi Dias – Venho aqui agradecer. Sempre acompanho com o meu pai quando ele chegava das reuniões. Sempre ficava perguntando pra ele como estava o andamento, e ele muitas vezes falava: “É Davi não está legal para o nosso lado, essas moscas vão continuar...” Os laudos que estavam sendo liberados eram sempre para o lado da granja, do granjeiro. Agora estou vendo que realmente vai finalizar, que nós vamos ter mais problemas com a Granja São Geraldo. Também venho aqui relevar o desinteresse que até o próprio representante da granja que veio aqui, falou que a granja tem um tempo para legalizar os galpões dela e que nesse tempo eles não estão tratando e não vão tratar. Quer dizer, é um desrespeito que ele tem com o próximo. Ele não está preocupado com a comunidade, com os moradores, com os vizinhos e com os próprios funcionários dele. Está o meu irmão aqui que quando era pequeno... caso de meningite dentro da granja, ele ficou seis dias internado, graças a Deus não houve coisas mais sérias. Eu venho pedir isso e obrigado por vocês estar olhando pra gente e estar ajudando a gente. E um Feliz Natal para todos. Obrigado.

Rogério – A Regina Greco já fez uso da palavra. Então encerrou aqui. Deixa eu dar um tempinho pra você poder falar. Qual é o assunto específico que você está querendo falar? Que você queria falar aquela hora, eu corri. Geraldo. Ok. Você não está aqui mas eu vou deixar. Usa o seu direito de falar aqui. Dá o nome.

*****Valdo Reis – Restaurante Cachoeiro** – Esse problema nosso é de mais de anos, eu procurei em todos os órgãos. E é o seguinte, sempre a gente em segundo plano, não tem interesse em nada. Mas hoje eu vi, eu senti da doutora ali, o empenho dela. Do Capitão, o relatório que foi feito. Então eu acho que vai ter uma solução. Por que não pode gente uma empresa sobrepor várias pessoas à uma comunidade, ao interesse de um. Nós estamos trabalhando, estamos gerando emprego e não é justo que um vai eliminar a outro. É uma coisa que eu fico triste e eu espero que esses documentos que vocês estão passando, que eles sejam cobrados, igual o Capitão disse que ele fez vários relatórios e eles foram arquivados. Então a empresa que está arquivando, que chame ela, que coloque o problema nosso de que são tantos anos e isso tem que acabar. Outra coisa é o seguinte essa relocação desses galpões não vai resolver o nosso problema, porque infelizmente não teve o item que pesasse no bolso dele para ele sentir. Por que quando pesa, ele toma as providências. Por que o que houve até hoje foi ele mandar as pessoas para tentar pra ele. Quer dizer: você vai resolve pra mim e traz o que foi feito.

Então isso não pode. Não podemos tolerar isso por que eu sou punido, eu sou cobrado, eu sou enquadrado, eu estou dentro das leis e por que ele não. Até em pouco tempo eu fui multado em R\$ 1 mil, depois fui multado em R\$ 300, e por quê que isso não acontece com ele? Por que só eu sou chicoteado? E ele não? Então presidente eu peço a seriedade desse órgão, que o senhor de dentro da casa faça essas cobranças, que abra essas gavetas, ponha o pessoal para andar. Igual o Copam aqui, já tem dois anos, é um menino que dá conta de andar com as próprias pernas. São pessoas capacitadas. Igual ao Zé aqui, eu vejo que é uma pessoa empenhada mas eu vejo que ele está sozinho. Doutor Camilo também, às vezes a gente fala com palavras agressivas, mas acontece o seguinte, vai chegando a situação... nós queremos é que ele seja bem sucedido e que a gente também. Muito Obrigado.

Rogério – Um minuto vai, pra gente encerrar.

*****Us endel*** - Comunidade do Cacoco** – Eu queria parabenizar a equipe que foi lá fazer a visita com o Capitão, para ver as coisas ali eram maquiadas. E eu tive com um funcionário de lá e perguntei pra ele: E aí, o pessoal foi lá? Ele falou assim: Foi, mas agora ficou ruim pra granja por que eles foram lá sem avisar. Não avisou e aí complicou. E agora a doutora Luciana estava falando aqui: Estressar as galinhas ou a população? Lá não está se estressando galinha ou a população, é quase que a população está tendo que comer é mosquito. Se tivessem lá um sítio, o Capitão ou a doutora Luciana, eu acho que já tinha sido resolvido o problema por que ninguém iria agüentar não. Muito obrigado.

Rogério – A gente espera realmente, não é aspecto nem de achologia, acho que essa questão...os dez anos já foi traduzido. Foram duas reuniões. Teve reunião do Copam em Belo Horizonte que vocês tiveram presente. Quer dizer: conseguiu se vencer uma etapa, mas essa etapa não se encerra. Eu acho que a gente vai chegar a um bom termo e realmente resolver o problema. É aquilo que o próprio conselheiro Roberto colocou, o caso é isolado. Inclusive esse caso isolado mostrará que a situação do caso isolado tem que ser argüido ou não, a validade ou não dessa situação de isolado. Por que se é um comportamento uniforme em relação a outro por que está ocorrendo esse fato? Eu agradeço a presença de todos. Foi uma reunião proveitosa de uma certa maneira. É a última reunião do ano. Desejo um Feliz Nata e um Próspero Ano Novo para vocês e a gente espera voltar a encontrá-los todos aqui no mês de fevereiro próximo.